**O impacto do SISU no perfil dos estudantes ingressantes nas Instituições Públicas Brasileiras: uma análise para o período entre 2009 e 2022**

Luísa Gisele Böck[[1]](#footnote-1)

Dieison Lenon Casagrande[[2]](#footnote-2)

**Resumo**

Desde 2010, com o objetivo de democratizar o acesso às instituições públicas de ensino superior, foi implementado o Sistema de Seleção Unificada (SISU), uma plataforma de admissão centralizada, onde as instituições federais e estaduais de todo o país oferecem suas vagas e os alunos se candidatam a essas vagas. O objetivo deste trabalho é investigar se, e como, a implementação do SISU promoveu alterações nas características de perfil dos alunos ingressantes nas instituições públicas gratuitas de ensino superior do Brasil, entre o período de 2010 a 2022. Para isso, foi empregado o método de Diferenças em Diferenças escalonado. Os resultados obtidos mostram que após a adoção do SISU, os cursos apresentaram uma queda na proporção de estudantes do sexo feminino, de jovens com até 17 anos e de adulto com idade entre 25 e 29 anos. Em contrapartida, ocorreu um aumento na porção de ingressantes com idade entre 18 e 24 anos, de não-brancos, de deficientes, de alunos que concluíram o ensino médio em escola pública e de estudantes que recebem algum tipo de apoio social.

**Palavras-chave:** Democratização. Educação. Ensino superior. Inclusão.

**Abstract**

Since 2010, with the aim of democratizing access to public higher education institutions, the Unified Selection System (SISU) has been implemented, a centralized admission platform where federal and state institutions throughout the country offer their slots, and students apply for these positions. The purpose of this study is to investigate whether and how the implementation of SISU has brought about changes in the profile characteristics of students entering free public higher education institutions in Brazil, between the years 2010 and 2022. To achieve this, the staggered Differences in Differences method was employed. The results obtained indicate that after the adoption of SISU, courses experienced a decrease in the proportion of female students, young individuals aged up to 17, and adults aged between 25 and 29. Conversely, there was an increase in the proportion of entrants aged between 18 and 24, non-white individuals, persons with disabilities, students who completed high school in public schools, and those who receive some form of social support.

**Keywords:** Democratization. Education. Higher education. Inclusion.

**JEL Code:**

**Área 7:** Microeconomia e Organização Industrial

# Introdução

O Brasil é considerado um dos países mais desiguais do mundo. Segundo dados do Banco Mundial (2019), o país ocupava uma das últimas posições no ranking que mensura a desigualdade social, atrás, inclusive, de seus vizinhos sul-americanos. Historicamente, é possível perceber essa desigualdade no acesso ao ensino superior, mais acessível, em especial, para os estratos sociais mais privilegiados (Mello, 2022; Senkevics; Mello, 2019; Zeidan *et al.*, 2023). Essa barreira ao acesso universitário enfrentada pelas camadas sociais mais pobres contribui para a manutenção da desigualdade de renda e para a redução da mobilidade social (Mello, 2022).

A percepção de que o acesso desigual à universidade pode estar contribuindo para oportunidades desiguais e para o aumento das desigualdades levou a implementação de políticas de ação afirmativa nas instituições de ensino, a fim de mitigar a desigualdade no acesso, no desempenho e na graduação dos alunos (Estevan; Gall; Morin, 2019; Mello, 2023; Senkevics; Mello, 2019). Tais ações iniciaram na década de 1990, com a ampliação do número de vagas e de matrículas em instituições de ensino superior federais. Em 1990, eram 308.867 alunos matriculados; número que passou para 482.750 no ano 2000; ampliou para 938.656 em 2010; culminando com 1.344.835 matrículas em 2022 (Corbucci, 1999; INEP, 2001, 2012, 2023e).

Desde os anos 2000, o governo federal adotou medidas centralizadoras que intensificaram a expansão do ensino público superior no Brasil. Em 2009, o Ministério da Educação (MEC) implementou uma reformulação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), tornando-o mais rigoroso com o objetivo de potencializar sua utilização nos processos de ingresso às Instituições de Ensino Superior (IES) do país. E, em janeiro de 2010, o Sistema de Seleção Unificada (SISU), uma plataforma *on-line* que aloca os alunos para as instituições públicas, usando a nota do ENEM como métrica para a classificação dos candidatos, foi implementado exclusivamente para as instituições públicas e gratuitas (Machado; Szerman, 2021; Monteiro; Mazoto; Cunha, 2016).

Até então, o sistema de ingresso a uma universidade era completamente descentralizado. Os alunos se inscreviam diretamente em cada instituição e realizaram uma prova específica, o vestibular. Mediante o pagamento de uma taxa de inscrição para cada exame, os candidatos poderiam se inscrever em quantas instituições tivessem interesse, contando que as datas e os horários das provas não coincidissem. Embora o SISU estivesse disponível para todas as instituições públicas federais e estaduais, sua adoção não era obrigatória. Cada entidade poderia decidir de qual forma ofereceria suas vagas (através do SISU e/ou através do vestibular) e quantas destas vagas seriam destinadas para cada graduação (Machado; Szerman, 2021).

Segundo Monteiro, Mazoto e Cunha (2016), as mudanças realizadas no ENEM e a sua consequente adoção como forma de seleção unificada, juntamente com os outros programas implementados pelo governo federal[[3]](#footnote-3), deveriam contribuir para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas pelas Instituições de Ensino Superior (ou IES?), possibilitando o desenvolvimento social e a redistribuição do capital. Tal democratização pode ser justificada pelo pressuposto de que o investimento em educação gera mão-de-obra qualificada, elevando a renda e, consequentemente, ocasionando o crescimento econômico do país (Monteiro; Mazoto; Cunha, 2016).

O acesso à educação, especialmente a educação de qualidade, é um dos canais mais importantes da formação de pessoas com acesso ao conhecimento, gerando mão-de-obra de qualidade e resultando no crescimento econômico da país (Jia; Li, 2017; Monteiro; Mazoto; Cunha, 2016). As mudanças executadas pelo Ministério da Educação procuram contribuir para uma maior democratização de oportunidades ao acesso às vagas oferecidas no ensino superior, possibilitando o desenvolvimento social e a redistribuição de renda (Monteiro; Mazoto; Cunha, 2016).

Apesar da implementação do SISU já ter ocorrido há mais de uma década e de ser, atualmente, o principal instrumento de ingresso nas instituições públicas federais e estaduais do país, ainda há poucos estudos e materiais referentes aos impactos gerados nos perfis dos estudantes ingressantes. Tais impactos são, por sua vez, importantes para a avaliação dos efeitos e das consequências que tal política proporciona, a fim de fomentar discussões e decisões na intenção de melhorar o programa, ou até mesmo, decidir sobre a sua continuidade ou interrupção (Pires, 2019).

O presente trabalho tem como propósito investigar se, e como, a implementação do SISU promoveu alterações nas características de perfil dos alunos ingressantes nas instituições públicas gratuitas de ensino superior do Brasil, entre o período de 2009 a 2022. Tais características dizem respeito ao gênero, a idade e a cor/raça dos alunos ingressos. Também será verificado se ocorreu aumento ou redução no ingresso de alunos com algum grau de deficiência e/ou superdotação, de alunos que concluíram o ensino médio em escola pública e de alunos que necessitam de algum apoio social, depois da aplicação do sistema de ingresso centralizado.

Este artigo está dividido em 7 seções, incluindo esta introdução. A seção 2 apresenta um *background* institucional sobre a expansão do ensino superior brasileiro e, especialmente, sobre a implementação do SISU. A seção 3 expõe uma breve revisão bibliográfica. A seção 4 apresenta os dados que serão utilizados para as análises estatísticas e econométricas, bem como suas variáveis dependentes e estatísticas descritivas. A seção 5 trata sobre os modelos econométricos que serão utilizados. A seção 6 apresenta os resultados encontrados e as discussões relacionadas ao tema. Por fim, a seção 7 dedica-se às conclusões.

# *Background* institucional

De acordo com o Censo da Educação Superior, em 2022, o sistema de ensino superior brasileiro era composto por 2.595 instituições, sendo 312 públicas e 2.283 privadas. O sistema pública é constituído por 120 instituições federais, 133 estaduais e 59 municipais (INEP, 2023b). As instituições federais e estaduais são, por lei, gratuitas, oferecendo um número limitado de vagas e sendo reconhecidas por sua alta qualidade. Esses atributos costumam atrair um número considerável de candidatos, tornando, assim, o acesso à graduação pública extremamente competitivo e seletivo (Estevan; Gall; Morin, 2019; Machado; Szerman, 2021; Mello, 2023).

Até o ano de 2010, os ingressos eram completamente descentralizados, isto é, os candidatos se inscreviam em cada instituição de interesse e tinham que realizar uma prova específica, o vestibular. Para ter direito à realização da prova, era preciso pagar uma taxa de inscrição para cada exame e escolher previamente o curso para o qual iria concorrer. Era possível inscrever-se em quantas instituições os candidatos quisessem, contando que as datas e os horários das provas não coincidissem (Cabello *et al.*, 2021; Machado; Szerman, 2021). De acordo com Zeidan *et al.* (2023), as restrições de tempo, os valores das taxas de inscrição e os custos de viagens limitariam o número de instituições que seria possível almejar, ocasionando, segundo Mello (2022), em um mercado de ensino altamente localizado e restrito.

De acordo com o Censo Escolar de 2010 (INEP, 2010), 85% dos alunos do ensino médio com idade entre 16 e 18 anos estavam matriculados em uma escola pública, enquanto que 14% dos alunos que ingressaram nas instituições públicas de ensino superior eram de escolas públicas (INEP, 2012), sendo que 9% estavam na faixa etária de 18 a 24 anos de idade (INEP, 2023d). Ainda, 47% dos alunos de ensino médio não eram brancos e estudavam em escola pública, ao passo que somente 23% dos discentes do primeiro ano das instituições públicas brasileiras eram do mesmo grupo demográfico (Kamis; Pan; Seah, 2023; Mello, 2023).

Com o objetivo de democratizar o acesso às instituições públicas de ensino superior, a partir de 2008, o Ministério da Educação (ou MEC?) introduziu uma série de reformas, sendo as mais importantes: a reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em 2009 e, no ano seguinte, a criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU), uma plataforma virtual e centralizada responsável pela admissão nas universidades públicas federais e estaduais (Machado; Szerman, 2021).

Criado em 1998, por meio da Portaria nº 438 do MEC[[4]](#footnote-4), o ENEM consistia em um exame opcional, realizado em um dia, para avaliar a qualidade do ensino médio brasileiro. Compreendia um total de 63 questões de múltipla escolha e uma redação, sendo entendido como um exame menos exigente quando comparado com o vestibular.

Em 2009, com a reformulação, o exame tornou-se mais rigoroso, com um conteúdo que engloba o currículo nacional obrigatório do ensino médio, a fim de potencializar sua utilização como meio de seleção para as instituições públicas de ensino superior. Realizado simultaneamente em todo o país, em dois dias, uma vez por ano ao final do calendário escolar, com 180 questões de múltipla escolha (divididas entre Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias) e uma redação, a nova estrutura assemelha-se as mais concorridas avaliações de ingresso às universidades (Machado; Szerman, 2021; Melo; Suzuki, 2021).

Dada a sua relevância para o ingresso nas instituições públicas, o número de inscritos no ENEM apresentou um aumento expressivo (Machado; Szerman, 2021). Na sua última edição, em 2023, o número de inscritos atingiu 3,9 milhões (INEP, 2023a), um valor 20 vezes superior à sua primeira edição, em 1998, que teve pouco mais de 157 participantes (INEP, 2006). O recorde de candidatos inscritos é da edição de 2014, com 8,7 milhões (INEP, 2023c). O Gráfico 1 ilustra a evolução do número de inscritos do exame e destaca dois saltos: o primeiro, em 2004, com a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI); e o segundo, em 2010, com a implantação do SISU.

Gráfico 1 – A evolução do ENEM

Gráfico, Gráfico de linhas

Descrição gerada automaticamente

Fonte: (INEP, 2023c)

Após a reformulação do ENEM, para o processo seletivo de 2010, o MEC implementou o SISU. Trata-se de uma plataforma de admissão centralizada, onde os institutos federais e estaduais de todo o país oferecem suas vagas, e os alunos se candidatam para as vagas oferecidas utilizando suas notas do ENEM. Com esse sistema, o MEC tem como objetivo a ampliação do acesso ao ensino superior e a mobilidade acadêmica (Mello, 2022; Monteiro; Mazoto; Cunha, 2016).

A inscrição é *on-line* e gratuita, e apenas os candidatos que realizaram a prova do ENEM no ano anterior podem se inscrever na plataforma no ano corrente. O período de inscrição tem duração de quatro dias e, durante esse período, o candidato pode escolher até dois cursos (ou instituições) diferentes que estejam disponíveis no sistema. As notas de corte dependem do número de vagas disponíveis e da pontuação dos candidatos, sendo calculadas e divulgadas, diariamente, durante o período de inscrição. Assim, os candidatos podem alterar (ou manter) suas escolhas comparando as suas notas com as notas de corte divulgadas enquanto o sistema estiver disponível. Apenas a última escolha submetida à plataforma é validada (Machado; Szerman, 2021; Mello, 2022).

Apesar da descrença inicial, por parte de algumas instituições, sobre a capacidade de seleção do novo formato e da aplicabilidade de um exame de tamanha importância em âmbito nacional, tanto o ENEM quanto o SISU construíram uma sólida reputação. Logo, a adesão voluntária das instituições a esse sistema aumentou progressivamente, tornando-se o principal meio de ingresso das universidades no Brasil (Machado; Szerman, 2021; Mello, 2022).

Entre os anos de 2010 e 2022, o número de instituições públicas que utilizaram o sistema de admissão centralizada para selecionar seus alunos cresceu de 59 para 128, sendo que o ano de 2017 comportou o maior número de participações, com 132 instituições. Esse movimento pode ser observado na Figura 1 que apresenta a quantidade e a distribuição geográfica[[5]](#footnote-5) das instituições que adotaram o SISU como meio de ingresso.

Figura 1 - Mapa do Brasil com instituições de ensino superior que aderiram ao SISU 2010-2022

Mapa

Descrição gerada automaticamente

Fonte: (MEC, 2023; Pereira; Goncalves, 2023)

# Revisão da Literatura

A criação do SISU é uma política educacional amplamente difundida sob o argumento de que elas fornecem acesso mais abrangente aos candidatos e produzem melhores resultados (Machado; Szerman, 2021). Isso é possível em razão da disponibilidade de informações sobre cursos, instituições e campus disponíveis, mas, principalmente, da redução dos custos relacionados à inscrição e descolamentos, por exemplo, e de tempo, pois os candidatos precisam realizar apenas um único exame para concorrer às diversas vagas e instituições (Machado; Szerman, 2021).

Nos Estados Unidos, onde o sistema de admissões nas universidades é descentralizado, existe o Commom Application (CA), uma plataforma *on-line* que permite aos estudantes preencher uma única aplicação para várias universidades participantes. Knight e Schiff (2022) analisaram a expansão da Commom Applicarion (ou CA?) entre os anos de 1990 e 2016 e constataram que a plataforma aumentou o ingresso de estudantes de alta renda e de estudantes que moram fora do estado de origem da universidade. Além disso, os autores observaram um aumento na fração de estudantes não-brancos, ampliando a diversidade racial nas turmas ingressantes.

No Brasil, Machado e Szerman (2021) constataram que, após a adoção do SISU, ocorreu um declínio na proporção de estudantes do sexo feminino e um aumento na idade média dos alunos admitidos, não encontrando mudanças na composição racial ou socioeconômica dos alunos ingressos. As autoras ainda constataram que as admissões centralizadas aumentaram o número de matrículas de alunos de fora dos estados de fora dos estados de origem e elevou as notas médias dos alunos admitidos, o que, segundo elas, poderia afastar os estudantes com nível socioeconômico mais baixos.

Resultado semelhando foi encontrado em Kamis, Pan e Seah (2023) e em Rosinger, Ford e Choi (2021), onde, ao invés de aumentar a inclusão de alunos não-brancos e economicamente desfavorecidos, a centralização pode, em alguns casos, reduzir o acesso a esses alunos. Zeidan *et al.* (2023) atenta que os benefícios do sistema centralizado são maiores para os estudantes de famílias mais ricas, o quê pode afastar os candidatos de baixa renda dos cursos e instituições mais concorridas.

Em compensação, no trabalho realizado por Monteiro, Mazoto e Cunha (2016), foi observado um aumento de, aproximadamente, 80% no número de ingressos com renda familiar de até três salários mínimos. No mesmo estudo Monteiro, Mazoto e Cunha (2016) verificaram que, após a reformulação do ENEM e a implementação do SISU, ocorreu um aumento na porcentagem de ingresso de alunos que estudaram parcialmente ou integralmente em escolas públicas, além da ampliação de ingressantes cujas famílias possuem baixo nível econômico e educacional.

Ristoff (2014), ao estudar o impacto que as políticas educacionais lançadas pelo governo brasileiro no perfil socioeconômico dos estudantes de graduação brasileiros, observou que, após 2010, iniciou-se uma tendência de queda em relação ao ingresso de alunos brancos nos cursos de graduação. No mesmo estudo, o autor percebeu uma redução no número de ingressos de estudantes de classe média alta, mesmo em cursos historicamente frequentados por alunos oriundos de famílias de alta renda, e um aumento no número de estudantes que completaram o ensino médio em escola pública.

Para Mello (2022, p. 2), “políticas de pequena escala que reduzem os custos de inscrição [...] podem efetivamente aumentar as matrículas de estudantes de baixa renda ao ensino superior”. O estudante que considerava um preço muito elevado se inscrever em várias instituições, após o lançamento do sistema de admissão centralizada poderia considerar se inscrever em qualquer instituição do país. Esse pensamento revela a eficiência do sistema atual frente ao processo de admissão descentralizado que existia anteriormente (Zeidan *et al.*, 2023).

Apesar de alguns resultados sugerirem que ocorreu uma maior democratização do ingresso ao ensino público superior com a implantação do SISU, Sobrinho (2010) alegou que a democratização da educação superior não pode ser restrita apenas ao acesso, também deve ser compreendida como a garantia de permanência na instituição.

Portanto, embora o governo federal tenha imaginado e implementado o SISU com a intenção de expandir o acesso ao ensino superior, especialmente das camadas sociais menos privilegiadas, não foram encontradas evidências, na literatura atual, que assegurem a relação causal entre o sistema de admissão centralizada implementado e possíveis mudanças no perfil social e econômico dos estudantes no ensino público superior brasileiro.

# Dados

Os dados utilizados foram obtidos junto ao Ministério da Educação. Primeiro, foi usado o Censo do Ensino Superior (CES), realizado anualmente pelo INEP, que fornece informações, a nível de cursos e de instituições, sobre os programas de graduação e de pós-graduação, corpo técnico-administrativo e docentes, além de características a respeito de vagas oferecidas, candidatos, matrículas, ingressantes e concluintes. Segundo, foram utilizados relatórios fornecidos, pelo Ministério da Educação, a respeito da quantidade de vagas ofertadas para cada curso participante do SISU.

1. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). [↑](#footnote-ref-1)
2. Professor no Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). [↑](#footnote-ref-2)
3. O REUNI, instituído em 2007 e concluído em 2012, tinha como objetivo ampliar o acesso a educação superior através da expansão física, acadêmica e pedagógica das universidades federais; e o PROUNI, criado em 2004 e oficializado em 2005, é uma iniciativa do governo federal para facilitar o acesso de alunos de baixa renda ao ensino superior, oferecendo bolsas de estudos parciais (50%) e integrais em faculdades particulares. [↑](#footnote-ref-3)
4. <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/port462.pdf> [↑](#footnote-ref-4)
5. As localizações espaciais de cada instituição de ensino superior, federal e estadual, foram coletadas a partir de dados presentes no Google Maps (GOOGLE Inc., 2023). [↑](#footnote-ref-5)